

FOUCAULT, M. (2003) A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222.

A VIDA DOS HOMENS INFAMES

"A vida dos homens infames", *Les cahiers du chemin*, nº 29, 15 de janeiro de 1977, ps. 12-29.

A exumação dos arquivos do internamento do Hospital Geral e da Bastilha é um projeto constante desde a *História da loucura*. Foucault trabalha e faz trabalhar nele várias vezes seguidas. De antologia – da qual esse texto era a introdução – o projeto tomou-se coleção em 1978, com "Les vies parallèles" (Gallimard), em que Foucault publica o memorial de Herculine Barbin, depois, em 1979, *Le cercle amoureux d'Henri Legrand*, segundo manuscritos criptográficos conservados na Biblioteca Nacional, transcritos e apresentados por Jean-Paul e Paul-Ursin Dumont. Contudo, em 1979, Foucault propõe à historiadora Arlette Farge – que acabava de publicar *Vivre dans la rue à Paris au XVIII^e siècle* (col. "Archives", Julliard/Gallimard) – examinar os manuscritos reunidos para a antologia. Dessa colaboração nasce *Le désordre des familles* (col. "Archives", Julliard/Gallimard, 1982), dedicado às cartas régias com ordem de prisão (*lettres de cachet*).

Este não é um livro de história. A escolha que nele se encontrará não seguiu outra regra mais importante do que meu gosto, meu prazer, uma emoção, o riso, a surpresa, um certo assombro ou qualquer outro sentimento, do qual teria dificuldades, talvez, em justificar a intensidade, agora que o primeiro momento da descoberta passou.

É uma antologia de existências. Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos. *Exempla*, mas – diferentemente do que os eruditos recolham no decorrer de suas leituras – são exemplos que trazem menos lições para meditar do que breves efeitos cuja força se extingue quase instantaneamente. O termo "notícia" me conviria bastante para designá-los, pela dupla referência que ele indica: a rapidez do relato e a realidade dos acontecimentos relatados; pois tal é, nesses textos, a condensação das coisas ditas, que não se sabe se a intensidade que os atravessa deve-se mais ao clamor das palavras ou à violência dos fatos que neles se encontram. Vidas singulares, tornadas, por não sei quais acasos. estranhos poemas, eis o que eu quis juntar em uma espécie de herbário.

A idéia me veio um dia, lembro-me bem, em que eu lia na Biblioteca Nacional um registro de internamento redigido logo no início do século XVIII. Parece-me, inclusive, que ela me veio da leitura que fiz das duas notícias que se seguem.

Mathurin Milan. posto no hospital de Charenton no dia 31 de agosto de 1707: "Sua loucura sempre foi a de se esconder de sua família, de levar uma vida obscura no campo, de ter processos,

de emprestar com usura e afundo perdido, de vaguear seu pobre espírito por estradas desconhecidas, e de se acreditar capaz das maiores ocupações.”

Jean Antoine Touzard, posto no Chateau de Bicêtre no dia 21 de abril de 1701: "Recoleta apóstata, sedicioso capaz dos maiores crimes, sodomista, ateu, se é que se pode sê-lo; um verdadeiro monstro de abominação que seria menos inconveniente sufocar do que deixar livre.”

Eu ficaria embaraçado em dizer o que exatamente senti quando li esses fragmentos e muitos outros que lhes eram semelhantes. Sem dúvida, uma dessas impressões das quais se diz que são “físicas”, como se pudesse haver outras. E confesso que essas “notícias”, surgindo de repente através de dois séculos de silêncio, abalaram mais fibras em mim do que o que comumente chamamos literatura, sem que possa dizer, ainda hoje, se me emocionei mais com a beleza desse estilo clássico, drapeado em algumas frases em torno de personagens sem dúvida miseráveis, ou com os excessos, a mistura de obstinação sombria e de perfídia dessas vidas das quais se sentem, sob as palavras lisas como a pedra, a derrota e o afinco.

Há muito tempo, utilizei documentos semelhantes para um livro. Se eu o fiz então é sem dúvida por causa dessa vibração que sinto ainda hoje, quando me ocorre encontrar essas vidas ínfimas que se tomaram cinzas nas poucas frases que as abateram. O sonho teria sido o de restituir sua intensidade em uma análise. Na falta do talento necessário, por muito tempo remói só a análise; tomei os textos em sua aridez; procurei qual tinha sido sua razão de ser, a quais instituições ou a qual prática política eles se referiam; propus-me a saber por que, de repente, tinha sido tão importante em uma sociedade como a nossa que um monge escandaloso ou um agiota extravagante e incosequente fossem “sufocados” (como se sufoca um grito, um fogo ou um animal); procurei saber a razão pela qual se quis impedir com tanto zelo os pobres espíritos de passearem pelas estradas desconhecidas. Mas as intensidades primeiras que me motivaram permaneciam do lado de fora. E uma vez que havia o risco de elas não passarem para a ordem das razões, uma vez que meu discurso era incapaz de levá-las como caberia, o melhor não seria deixá-las na forma mesma que me fizeram senti-las?

Daí a idéia desta compilação, feita um pouco segundo a ocasião. Compilação que se compôs sem pressa e sem objetivo claramente definido. Por muito tempo pensei em apresentá-la segundo uma ordem sistemática, com alguns rudimentos de explicação, e de maneira que se pudesse manifestar um mínimo de significação histórica. Renunciei a isso, por razões sobre as quais retomarei daqui a pouco; eu me resolvi quanto a juntar simplesmente um certo número de textos, pela intensidade que eles me pareciam ter; eu os acompanhei com alguns preliminares; e os distribuí de maneira a preservar – em minha opinião, o menos mal possível – o efeito de cada um. Minha insuficiência votou-me ao lirismo frugal da citação.

Este livro, portanto, não convirá aos historiadores, menos ainda que os outros. Livro de humor e puramente subjetivo? Diria, antes – mas isso talvez dê no mesmo –, que é um livro de

convenção e de jogo, o livro de uma pequena mania que deu a si seu sistema. Na verdade, creio que o poema do agiota extravagante ou do monge sodomita me serviram, de ponta a ponta, de modelo. Foi para reencontrar alguma coisa como essas existências-relâmpagos, como esses poemas-vidas que eu me impus um certo número de regras simples:

- que se tratasse de personagens tendo existido realmente;
- que essas existências tivessem sido, ao mesmo tempo, obscuras e desventuradas;
- que fossem contadas em algumas páginas, ou melhor, algumas frases, tão breves quanto possível;
- que esses relatos não constituíssem simplesmente historietas estranhas ou patéticas, mas que de uma maneira ou de outra (porque eram queixas, denúncias, ordens ou relações) tivessem feito parte realmente da história minúscula dessas existências, de sua desgraça, de sua raiva ou de sua incerta loucura;
- e que do choque dessas palavras e dessas vidas nascesse para nós, ainda, um certo efeito misto de beleza e de terror.

Mas, sobre essas regras que podem parecer arbitrárias, é preciso que eu me explique um pouco mais.

*

Eu quis que se tratasse sempre de existências reais; que se pudessem dar-lhes um lugar e uma data; que por trás desses nomes que não dizem mais nada, por trás dessas palavras rápidas e que bem podem ser, na maioria das vezes, falsas, mentirosas, injustas, exageradas, houvesse homens que viveram e estão mortos, sofrimentos, malvadezas, ciúmes, vociferações. Bani, portanto, tudo o que pudesse ser imaginação ou literatura: nenhum dos heróis negros que elas puderam inventar me pareceu tão intenso quanto esses remendões, esses soldados desertores, essas vendedoras de roupas de segunda mão, esses tabeliões, esses monges vagabundos, todos enraivecidos, escandalosos ou desprezíveis; e isso pelo único fato, sem dúvida, de que sabemos que eles existiram. Do mesmo modo, bani todos os textos que pudessem ser memórias, lembranças, quadros, todos os que relatavam bem a realidade, mas mantendo-a a distância do olhar, da lembrança, da curiosidade ou da diversão. Persisti para que esses textos mantivessem sempre uma relação, ou melhor, o maior número de relações possíveis com a realidade: não somente que a ela se referissem, mas que nela operassem; que fossem uma peça na dramaturgia do real, que constituíssem o instrumento de uma vingança, a arma de um ódio, um episódio em uma batalha, a gesticulação de um desespero ou de um ciúme, uma súplica ou uma ordem. Não procurei reunir textos que seriam, melhor que outros, fiéis à realidade, que merecessem ser guardados por seu valor

representativo, mas textos que desempenharam um papel nesse real do qual falam, e que se encontram, em contrapartida, não importa qual seja sua exatidão, sua ênfase ou sua hipocrisia, atravessados por ela: fragmentos de discurso carregando os fragmentos de uma realidade da qual fazem parte. Não é uma compilação de retratos que se lerá aqui: são armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas cujas palavras foram os instrumentos. Vidas reais foram "desempenhadas" nestas poucas frases; não quero dizer com isso que elas ali foram figuradas, mas que, de fato, sua liberdade, sua infelicidade, com freqüência sua morte, em todo caso seu destino foram, ali, ao menos em parte, decididos. Esses discursos realmente atravessaram vidas; essas existências foram efetivamente riscadas e perdidas nessas palavras.

Quis também que essas personagens fossem elas próprias obscuras; que nada as predispuesse a um clarão qualquer, que não fossem dotadas de nenhuma dessas grandezas estabelecidas e reconhecidas – as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio; que pertencessem a esses milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro; que houvesse em suas desgraças, em suas paixões, em seus amores e em seus ódios alguma coisa de cinza e de comum em relação ao que se considera, em geral, digno de ser contado; que, no entanto, tivessem sido atravessadas por um certo ardor, que tivessem sido animadas por uma violência, uma energia, um excesso na malvadeza, na vilania, na baixeza, na obstinação ou no azar que lhes dava, aos olhos de seus familiares, e à proporção de sua própria mediocridade, uma espécie de grandeza assustadora ou digna de pena. Parti em busca dessas espécies de partículas dotadas de uma energia tanto maior quanto menores elas próprias o são, e difíceis de discernir.

Para que alguma coisa delas chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com freqüência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser “em estado livre”; só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele.

Alguém me dirá: isto é bem próprio de você, sempre a mesma incapacidade de ultrapassar a

linha, de passar para o outro lado, de escutar e fazer ouvir a linguagem que vem de outro lugar ou de baixo; sempre a mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou do que ele faz dizer. Essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam? Mas, em primeiro lugar, do que elas foram em sua violência ou em sua desgraça singular, nos restaria qualquer coisa se elas não tivessem, em um dado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças? Afinal, não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino tome a força da relação com o poder, da luta com ou contra ele? O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas. As falas breves e estridentes que vão e vêm entre o poder e as existências as mais essenciais, sem dúvida, são para estas o único monumento que jamais lhes foi concedido; é o que lhes dá, para atravessar o tempo, o pouco de ruído, o breve clarão que as traz até nós.

Quis, em suma, reunir alguns rudimentos para uma lenda dos homens obscuros, a partir dos discursos que, na desgraça ou na raiva, eles trocam com o poder.

“Lenda”, porque ali se produz, tal como em todas as lendas, um certo equívoco do fictício e do real. Mas ele ali se produz por razões inversas. O lendário, seja qual for seu núcleo de realidade, finalmente não é nada além do que a soma do que se diz. Ele é indiferente à existência ou à inexistência daquele de quem ele transmite a glória. Se este existiu, a lenda o recobre de tantos prodígios, o embeleza de tantas impossibilidades que tudo se passa, ou quase, como se ele nunca tivesse vivido. E se ele é puramente imaginário, a lenda narra sobre ele tantos relatos insistentes que ele toma a espessura histórica de alguém que teria existido. Nos textos que se lerão mais adiante, a existência desses homens e dessas mulheres remete exatamente ao que deles foi dito; do que eles foram ou do que fizeram nada subsiste, exceto em poucas frases. Aqui, é a raridade e não a prolixidade que faz com que real e ficção se equivalham. Não tendo sido nada na história, não tendo desempenhado nos acontecimentos ou entre as pessoas importantes nenhum papel apreciável, não tendo deixado em torno deles nenhum vestígio que pudesse ser referido, eles não têm e nunca terão existência senão ao abrigo precário dessas palavras. E graças aos textos que falam deles, eles nos chegam sem trazer mais indícios de realidade do que se viessem de *La légende dorée*,¹ ou de um romance de aventuras. Essa pura existência verbal que faz desses infelizes ou desses facínoras seres quase fictícios, eles a devem ao seu desaparecimento quase exaustivo e a essa chance ou a esse azar que fez sobreviver, ao acaso dos documentos encontrados, algumas raras palavras que falam deles ou que eles próprios pronunciaram. Lenda negra, mas sobretudo lenda seca, reduzida ao que foi dito um dia, e que improváveis encontros conservaram até nós.

¹ Nome dado à compilação de vidas dos santos, composta na metade do século XIII pelo dominicano Jacques de Voragine. *La légende dorée*, Paris, Garnier-Flammarion, n^{os} 132-133, 1967, 2 vol.

Este é um outro traço dessa lenda negra. Ela não se transmitiu como a que é dourada por alguma necessidade profunda, seguindo trajetos contínuos. Ela é, por sua natureza, sem tradição; rupturas, apagamento, esquecimentos, cancelamentos, reparações, é apenas através disso que ela pode nos chegar. O acaso a leva desde o início. Foi preciso, primeiramente, um jogo de circunstâncias que, contra qualquer expectativa, atraíram sobre o indivíduo o mais obscuro, sobre sua vida medíocre, sobre seus erros afinal bastante comuns o olhar do poder e o clamor de sua cólera: acaso que fez com que a vigilância dos responsáveis ou das instituições, destinada sem dúvida a apagar qualquer desordem, tenha detido este de preferência àquele, esse monge escandaloso, essa mulher espancada, esse bêbado inveterado e furioso, esse vendedor brigão, e não tanto outros, ao lado destes, cujo barulho não era menor. E depois foi preciso que entre tantos documentos perdidos e dispersos fosse este e não outro que tivesse chegado até nós e que fosse encontrado e lido. De modo que entre essas pessoas sem importância e nós que não a temos mais do que eles, nenhuma relação de necessidade. Nada tornava provável que elas surgissem das sombras, elas mais do que outras, com sua vida e suas desgraças. Divertamo-nos, se quisermos, vendo aí uma revanche: a chance que permite que essas pessoas absolutamente sem glória surjam do meio de tantos mortos, gesticulem ainda, continuem manifestando sua raiva, sua aflição ou sua invencível obstinação em divagar, compensa talvez o azar que lançara sobre elas, apesar de sua modéstia e de seu anonimato, o raio do poder.

Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí as infâmias das quais eu quis, aqui, juntar alguns restos. Existe uma falsa infâmia, a de que se beneficiam estes homens de assombro ou de escândalo que foram Gilles de Rais, Guillery ou Cartouche, Sade e Lacenaire. Aparentemente infames, por causa das lembranças abomináveis que deixaram, dos delitos que lhes atribuem, do horror respeitoso que inspiraram, eles de fato são homens da lenda gloriosa, mesmo se as razões dessa fama são inversas àquelas que fazem ou deveriam fazer a grandeza dos homens. Sua infâmia não é senão uma modalidade da universal *fama*. Mas o recoleto apóstata, mas os pobres espíritos perdidos pelos caminhos desconhecidos, estes são infames com a máxima exatidão; eles não mais existem senão através das poucas palavras terríveis que eram destinadas a torná-los indignos para sempre da memória dos homens. E o acaso quis que fossem essas palavras, essas palavras somente, que subsistissem. Seu retomo agora no real se faz na própria forma segundo a qual os expulsaram do mundo. Inútil buscar neles um outro rosto, ou conjecturar uma outra grandeza; eles não são mais do que aquilo através do que se quis abatê-los: nem mais nem menos. Assim é a infâmia estrita, aquela que, não sendo misturada nem de escândalo ambíguo nem de uma surda admiração, não compõe com nenhuma espécie de glória.

Comparativamente à grande compilação da infâmia, que reuniria seus vestígios um pouco de toda parte e de todos os tempos, eu me dou conta, na verdade, de que a escolha que aqui está é bem mesquinha, estreita, um pouco monótona. Trata-se de documentos que datam, todos, mais ou menos da mesma centena de anos, 1660-1760, e que provêm da mesma fonte: arquivos do internamento, da polícia, das petições ao rei e das cartas régias com ordem de prisão. Suponhamos que se trate de um primeiro volume e que a *Vida dos homens infames* possa se estender a outros tempos e a outros lugares.

Escolhi esse período e esse tipo de textos por causa de uma velha familiaridade. Mas se o gosto que tenho por eles há anos não foi contradito e se retomo a eles ainda é porque conjecturo um começo; em todo caso, um acontecimento importante em que se cruzaram mecanismos políticos e efeitos de discurso.

Esses textos dos séculos XVII e XVIII (sobretudo se os compararmos com o que será, logo depois, a vulgaridade administrativa e policial) têm um brilho, eles revelam no meandro de uma frase um esplendor, uma violência que desmente, ao menos aos nossos olhos, a pequenez do caso ou a mesquinhez bastante vergonhosa das intenções. As vidas mais dignas de pena aí são descritas com as imprecações ou com a ênfase que parecem convir às mais trágicas. Efeito cômico, sem dúvida; há alguma coisa de irrisório ao se convocar todo o poder das palavras, e através delas a soberania do céu e da terra, em torno de desordens insignificantes ou de desgraças tão comuns: “Abatido sob o peso da mais excessiva dor, Duchesne, funcionário subalterno, ousa, com uma humilde e respeitosa confiança, lançar-se aos pés de Vossa Majestade para implorar sua justiça contra a mais malvada de todas as mulheres... Que esperança não deve conceber o desventurado que, encontrando-se em estado miserável, recorre hoje à Vossa Majestade depois de haver esgotado todas as vias de doçura, admoestações e deferência para reconduzir a seu dever uma mulher despojada de qualquer sentimento de religião, de honra, de probidade e mesmo de humanidade? Tal é, Sire, o estado do infeliz, que ousa fazer ressoar sua queixosa voz nas orelhas de Vossa Majestade.” Ou, ainda, a da nutriz abandonada que pede a detenção de seu marido em nome de seus quatro filhos “que talvez nada tenham a esperar de seu pai senão um exemplo terrível dos efeitos da desordem. Sua justiça, Sire, lhes poupará de uma tão aviltante instrução, a mim, à minha família o opróbrio e a infâmia, e colocará fora do estado de fazer qualquer dano à sociedade um mau cidadão que não pode senão causar-lhe dano”. Talvez riamos. Mas não se deve esquecer de que a essa retórica que não é grandiloquente senão pela pequenez das coisas às quais ela se aplica o poder responde em termos que não nos parecem mais comedidos; entretanto, com a diferença de que em suas palavras passa o brilho de suas decisões; e sua solenidade pode autorizar-se, senão da importância daqueles que eles punem, ao menos do rigor do castigo que impõem. Se levam para a prisão sabe-se lá que astróloga, é porque “há poucos crimes que ela não tenha cometido, e nenhum de que ela não seja capaz.

Assim, há tanta caridade quanto justiça ao se livrar incessantemente o público de uma mulher tão perigosa, que o rouba, o engana e o escandaliza impunemente há tantos anos”. Ou a propósito de um jovem estróina, mau filho e devasso: “É um monstro de libertinagem e de impiedade... Usuário de todos os vícios: tratante, indócil, impetuoso, violento, capaz de atentar contra a vida de seu próprio pai com intenção deliberada... sempre de sociedade com mulheres do nível mais baixo de prostituição. Tudo o que se lhe apresenta de suas vigarices e de seus desregramentos não causa nenhuma impressão em seu coração; ele só responde através de um sorriso de celerado que faz conhecer sua insensibilidade, e ocasiona apreender que ele seja incurável.” Ao menor insulto, já se está no abominável, ou pelo menos no discurso da invectiva e da execração. Essas mulheres sem costumes e essas crianças enraivecidas não empalidecem, comparadas a Nero ou a Rodogune. Os discursos do poder na Idade Clássica, tal como o discurso que a ele se dirige, engendra monstros. Por que esse teatro tão enfático do cotidiano?

A tomada do poder sobre o dia-a-dia da vida, o cristianismo a organizara, em sua grande maioria, em torno da confissão: obrigação de fazer passar regularmente pelo fio da linguagem o mundo minúsculo do dia-a-dia, as faltas banais, as fraquezas mesmo imperceptíveis, até o jogo perturbador dos pensamentos, das intenções e dos desejos; ritual de confissão em que aquele que fala é ao mesmo tempo aquele de quem se fala; apagamento da coisa dita por seu próprio enunciado, mas aumento igualmente da própria confissão que deve permanecer secreta, e não deixar atrás de si nenhum outro rastro senão o arrependimento e as obras de penitência. O Ocidente cristão inventou essa surpreendente coação, que ele impôs a cada um, de tudo dizer para tudo apagar, de formular até as mínimas faltas em um murmúrio ininterrupto, obstinado, exaustivo, ao qual nada devia escapar, mas que não devia sobreviver a si próprio nem por um instante. Para centenas de milhões de homens e durante séculos, o mal teve de se confessar na primeira pessoa, em um cochicho obrigatório e fugidio.

Ora, a partir de um momento que se pode situar no final do século XVII, esse mecanismo se encontrou enquadrado e ultrapassado por um outro cujo funcionamento era muito diferente. Agenciamento administrativo e não mais religioso; mecanismo de registro e não mais de perdão. O objetivo visado era, no entanto, o mesmo. Em parte, ao menos: passagem do cotidiano para o discurso, percurso do universo ínfimo das irregularidades e das desordens sem importância. Mas a confissão não desempenha aí o papel eminente que lhe reservara o cristianismo. Para esse enquadramento, se utilizam, e sistematicamente, procedimentos antigos, mas, até então, localizados: a denúncia, a queixa, a inquirição, o relatório, a espionagem, o interrogatório. E tudo o que assim se diz, se registra por escrito, se acumula, constitui dossiês e arquivos. A voz única, instantânea e sem rastro da confissão penitencial que apagava o mal apagando-se ela própria é, doravante, substituída por vozes múltiplas que se depositam em uma enorme massa documental e constituem assim,

através dos tempos, como a memória incessantemente crescente de todos os males do mundo. O mal minúsculo da miséria e da falta não é mais remetido ao céu pela confidência apenas audível da confissão; ele se acumula sobre a terra sob a forma de rastros escritos. É um tipo de relações completamente diferentes que se estabelece entre o poder, o discurso e o cotidiano, uma maneira totalmente diferente de o reger e de o formular. Nasce, para a vida comum, uma nova *mise en scène*.

Seus primeiros instrumentos, arcaicos mas já complexos, são conhecidos: são as petições, as cartas régias com as ordens de prisão ou as ordens do rei, os internamentos diversos, os relatórios e as decisões de polícia. Não retomarei essas coisas já sabidas; mas apenas sobre certos aspectos que podem dar conta da intensidade estranha e de uma espécie de beleza com que, às vezes, são revestidas essas imagens prematuras, nas quais pobres homens tomaram, para nós que os percebemos de tão longe, o rosto da infâmia. As cartas régias com ordens de prisão, o internamento, a presença generalizada da polícia, tudo isso não evoca, habitualmente, senão o despotismo de um monarca absoluto. Mas é preciso se observar bem que este “arbitrário” era uma espécie de serviço público. As “ordens do rei” não baixavam de improviso, de cima para baixo, como signos da cólera do monarca, senão nos casos mais raros. Na maior parte do tempo elas eram solicitadas contra alguém por seus familiares, seu pai e sua mãe, um de seus parentes, sua família, seus filhos ou filhas, seus vizinhos, às vezes o padre local, ou algum membro representativo; elas eram humilde e insistentemente solicitadas, como se se tratasse de algum grande crime que teria merecido a cólera do soberano, por alguma obscura história de família: esposos injuriados ou espancados, fortuna dilapidada, conflitos de interesse, jovens indóceis, vigarices ou bebedeiras, e todas as pequenas desordens de conduta. A *lettre de cachet* com ordens de prisão, tida como a vontade expressa e particular do rei de fazer encarcerar um de seus súditos, fora das vias da justiça regular, não era senão a resposta a essa demanda vinda de baixo. Mas ela não era concedida com pleno direito a quem a pedia; uma inquirição devia precedê-la, destinada a julgar o fundamento da demanda; ela devia estabelecer se esse abuso ou essa bebedeira, essa violência e essa libertinagem mereciam, de fato, um internamento, e em quais condições e por quanto tempo: tarefa da polícia, que recolhia, para fazê-la, testemunhos, espionagens, e todo murmúrio duvidoso que faz névoa em torno de cada um.

O sistema *lettre de cachet* com ordens de prisão-internamento não foi senão um episódio bastante breve: não mais do que um século, e localizado apenas na França. Ele não é menos importante na história dos mecanismos do poder. Ele não assegura a irrupção espontânea do arbítrio real no elemento mais cotidiano da vida. Ele assegura, antes, sua distribuição segundo circuitos complexos e em um jogo de demandas e respostas. Abuso do absolutismo? Talvez; não, todavia, no sentido de que o monarca abusaria pura e simplesmente de seu próprio poder, mas no sentido de que cada um pode usar para si, para seus próprios fins e contra os outros, a enormidade do poder

absoluto: uma espécie de pôr à disposição mecanismos da soberania, uma possibilidade dada, a quem fosse bastante hábil para captá-los, desviando em seu benefício os efeitos. Daí um certo número de conseqüências: a soberania política vem inserir-se no nível mais elementar do corpo social; de súdito a súdito – e, às vezes, trata-se dos mais humildes –, entre os membros de uma mesma família, nas relações de vizinhança, de interesses, de profissão, de rivalidade, de ódio e de amor, se podem fazer valer, além das armas tradicionais da autoridade e da obediência, os recursos de um poder político que tem a forma do absolutismo; cada um, se ele sabe jogar o jogo, pode tornar-se para o outro um monarca terrível e sem lei: *homo homini rex*; toda uma cadeia política vem entrecruzar-se com a trama do cotidiano. Mas esse poder, é preciso ainda, ao menos por um instante, dele se apropriar, canalizá-lo, captá-lo e incliná-lo na direção que se quer; é preciso, para usá-lo em seu benefício, “seduzi-lo”; ele se toma a um só tempo objeto de cobiça e objeto de sedução; desejável portanto, e isso na mesma medida em que ele é totalmente temível. A intervenção de um poder político sem limites na relação cotidiana torna-se, assim, não somente aceitável e familiar, mas profundamente almejada, não sem se tornar, por isso mesmo, o tema de um medo generalizado. Não há por que se surpreender com essa tendência que, pouco a pouco, abriu as relações de pertinência ou de dependência tradicionalmente ligadas à família, para os controles administrativos e políticos. Nem surpreender-se de que o poder desmedido do rei, funcionando assim no meio das paixões, das raivas, das misérias e das vilanias, tenha podido tornar-se, apesar de tudo, ou melhor, devido à sua utilidade mesma, objeto de execração. Os que utilizavam as cartas régias com ordens de prisão e o rei que as concedia foram pegos na armadilha de sua cumplicidade: os primeiros perderam cada vez mais sua potência tradicional em benefício de um poder administrativo; quanto a este, por ter se metido todos os dias em tantos ódios e intrigas, tornou-se detestável. Como dizia o duque de Chaulieu, eu acho que, nas *Mémoires de deux jeunes mariées*,² ao cortar a cabeça do rei, a Revolução Francesa decapitou todos os pais de família.

De tudo isso, gostaria de deter, por ora, o seguinte: com o dispositivo de petições, de *lettres de cachet* com ordens de prisão, de internamento, da polícia, nascerá uma infinidade de discursos que atravessa o cotidiano em todos os sentidos, e se encarrega, mas de um modo absolutamente diferente da confissão, do mal minúsculo das vidas sem importância. Nas redes do poder, ao longo de circuitos bastante complexos, vêm prender-se as disputas da vizinhança, as brigas dos pais e de seus filhos, os desentendimentos dos casais, os excessos do vinho e do sexo, as disputas públicas e muitas paixões secretas. Houve, ali, um imenso e onipresente apelo para se pôr em discurso todas essas agitações e cada um dos pequenos sofrimentos. Um murmúrio que não cessará começa a se elevar: aquele através do qual as variações individuais de conduta, as vergonhas e os segredos são

² Alusão aos propósitos do duque de Chaulieu, relatados na *Lettre de Mademoiselle de Chaulieu à Madame de l'Estorade*, in Balzac (H. de). *Mémoires de deux jeunes mariées*, Paris, Librairie Nouvelle, 1856, p. 59: “Ao cortar a cabeça de Luís XVI, a Revolução cortou a cabeça de todos os pais de família.”

oferecidos pelo discurso para as tomadas do poder. O insignificante cessa de pertencer ao silêncio, ao rumor que passa ou à confissão fugidia. Todas essas coisas que compõem o comum, o detalhe sem importância, a obscuridade, os dias sem glória, a vida comum, podem e devem ser ditas, ou melhor, escritas. Elas se tomaram descritíveis e passíveis de transcrição, na própria medida em que foram atravessadas pelos mecanismos de um poder político. Durante muito tempo, só os gestos dos grandes mereceram ser ditos sem escárnio; o sangue, o nascimento e a exploração davam direito à história. E, se às vezes acontecia aos mais humildes terem acesso a uma espécie de glória, era por algum feito extraordinário – o resplendor de uma santidade ou a enormidade de uma maldade. Que pudesse haver na ordem de todos os dias alguma coisa como um segredo a ser levantado, que o não essencial pudesse ser, de uma certa maneira, importante, isto permaneceu excluído até que viesse se colocar, sobre essas turbulências minúsculas, o olhar branco do poder.

Nascimento, portanto, de uma imensa possibilidade de discurso. Um certo saber do cotidiano tem, aí, pelo menos uma parte de sua origem e, com ele, uma grade de inteligibilidade aplicada sobre nossos gestos, sobre nossas maneiras de ser e de fazer, empreendida pelo Ocidente. Mas foi preciso para isso a onipresença, ao mesmo tempo real e virtual, do monarca; foi preciso imaginá-lo bastante próximo de todas essas misérias, bastante atento à menor dessas desordens para que se decidisse solicitá-la; foi preciso que ele próprio aparecesse como dotado de uma espécie de ubiqüidade física. Em sua forma primeira, esse discurso sobre o cotidiano era inteiramente voltado para o rei; endereçava-se a ele; devia penetrar nos grandes rituais cerimoniosos do poder; devia adotar sua forma e revestir seus signos. O banal não podia ser dito, descrito, observado, enquadrado e qualificado senão em uma relação de poder que era assombrada pela figura do rei – por seu poder real e pelo fantasma de sua potência. Daí a forma singular desse discurso: ele exigia uma linguagem decorativa, imprecativa ou suplicante. Cada uma dessas pequenas histórias do dia-a-dia devia ser dita com a ênfase dos raros acontecimentos que são dignos de reter a atenção dos monarcas; a grande retórica devia vestir esses casos de nada. Nunca, mais tarde, a morna administração policial nem os dossiês da medicina ou da psiquiatria encontrarão semelhantes efeitos de linguagem. Às vezes, um edifício verbal suntuoso para contar uma obscura vilania ou uma pequena intriga; às vezes, algumas frases breves que fulminam um miserável e o fazem mergulhar novamente em sua noite; ou ainda o longo relato das desgraças contadas sob o modo da súplica ou da humildade: o discurso político da banalidade não podia ser senão solene.

Mas nesses textos se produz também um outro efeito de disparate. Com frequência ocorria que as demandas fossem feitas por pessoas de muito baixa condição, pouco ou não alfabetizadas; elas próprias com seus magros conhecimentos ou, em seu lugar, um escriba mais ou menos hábil compunham, como podiam, as fórmulas e torneios de frase que pensavam requeridos quando alguém se dirige ao rei ou aos grandes, e os misturavam com as palavras maljeitosas e violentas,

expressões rudes, através das quais elas pensavam, sem dúvida, dar às suas súplicas mais força e verdade; então, em frases solenes e deslocadas, ao lado de palavras anfigúricas, brotavam expressões rudes, inábeis, malsoantes; à linguagem obrigatória e ritual entrelaçavam-se as impaciências, as cóleras, as raivas, as paixões, os rancores, as revoltas. Uma vibração e intensidades selvagens abalam as regras desse discurso afetado e irrompem com suas próprias maneiras de dizer. Assim, fala a mulher de Nicolas Bienfait: ela “toma a liberdade de representar muito humildemente ao Sire que o dito Nicolas Bienfait, cocheiro de aluguel, é um homem extremamente devasso que a mata de pancada, e que tudo vende, tendo já causado a morte de suas duas mulheres, das quais a primeira ele lhe matou o filho dentro de seu corpo, e a segunda, depois de a ter vendido e comido, por seus maus-tratos a fez morrer definhando, até querer estrangulá-la na véspera de sua morte... A terceira, ele quer comer-lhe o coração sobre a grelha, sem muitos outros assassinatos que fez; Sire, eu me jogo aos pés de Vossa Grandeza para implorar Vossa Misericórdia. Espero de sua bondade que o senhor me faça justiça, pois estando minha vida em risco a todo momento, não cessarei de orar ao Senhor pela conservação de vossa saúde...”.

Os documentos que reuni aqui são homogêneos; e eles correm sério risco de parecerem monótonos. Todos, entretanto, funcionam no disparate. Disparate entre as coisas contadas e a maneira de dizê-las; disparate entre os que se queixam e suplicam e os que têm sobre eles todo o poder; disparate entre a ordem minúscula dos problemas levantados e a enormidade do poder aplicado; disparate entre a linguagem da cerimônia e do poder e a dos furores ou das impotências. São textos que apontam, na direção de Racine, ou Bossuet, ou Crébillon; mas eles portam com eles toda uma turbulência popular, toda uma miséria e uma violência, toda uma “baixeza” como se dizia, que nenhuma literatura nessa época teria podido acolher. Eles fazem aparecer indigentes, pobres pessoas, ou simplesmente medíocres, em um estranho teatro no qual tomam posturas, clamores de vozes, grandiloquências, em que revestem molambos de roupagens que lhes são necessários se quiserem que se lhes preste atenção na cena do poder. Às vezes, eles fazem pensar em uma pobre trupe de saltimbancos que se enfarpelaria nem bem nem mal, com alguns ouropéis outrora suntuosos para representar diante de um público de ricos que debochará deles. Fora isso, que desempenhem sua própria vida e diante de poderosos que podem decidir sobre ela. Personagens de Céline querendo se fazer ouvir em Versalhes.

Dia virá em que todo esse disparate estará apagado. O poder que se exercerá no nível da vida cotidiana não mais será o de um monarca, próximo ou distante, todo-poderoso e caprichoso, fonte de toda justiça e objeto de não importa qual sedução, a um só tempo princípio político e potência mágica; ele será constituído de uma rede fina, diferenciada, contínua, na qual se alternam instituições diversas da justiça, da polícia, da medicina, da psiquiatria. E o discurso que se formará, então, não terá mais a antiga teatralidade artificial e inábil; ele se desenvolverá em uma linguagem

que pretenderá ser a da observação e da neutralidade. O banal se analisará segundo a grelha eficaz mas cinza da administração, do jornalismo e da ciência; exceto se for buscar seus esplendores um pouco mais longe disso, na literatura. Nos séculos XVII e XVIII, se está na idade ainda tosca e bárbara em que todas essas mediações não existem; o corpo dos miseráveis é confrontado quase diretamente com o do rei, sua agitação com suas cerimônias; não há tampouco linguagem comum, mas um choque entre os gritos e os rituais, entre as desordens que se quer dizer e o rigor das formas que se deve seguir. Daí, para nós que olhamos de longe, esse primeiro afloramento do cotidiano no código do político, estranhas fulgurações, alguma coisa de agudo e de intenso que se perderá mais tarde quando se farão, dessas coisas e desses homens, “negócios”, crônicas ou casos.

*

Momento importante este em que uma sociedade emprestou palavras, torneios e frases, rituais de linguagem à massa anônima de pessoas para que pudessem falar de si mesmas – falar delas publicamente e sob a tripla condição de que esse discurso fosse dirigido e posto em circulação em um dispositivo de poder bem definido, que fizesse aparecer o fundo até então apenas perceptível das existências, e que a partir dessa guerra ínfima das paixões e dos interesses ele desse ao poder a possibilidade de uma intervenção soberana. A orelha de Denys era uma pequena máquina bem elementar se a compararmos com esta. Como o poder seria leve e fácil, sem dúvida, de dismantelar, se ele não fizesse senão vigiar, espreitar, surpreender, interditar e punir; mas ele incita, suscita, produz; ele não é simplesmente orelha e olho; ele faz agir e falar.

Essa maquinaria foi sem dúvida importante para a constituição de novos saberes. Ela tampouco é estranha a todo um novo regime da literatura. Não quero dizer que a carta régia com ordens de prisão está no ponto de origem de formas literárias inéditas, mas que na virada dos séculos XVII e XVIII as relações do discurso, do poder, da vida cotidiana e da verdade se enlaçaram sob um novo modo em que também a literatura se encontrava engajada.

A fábula, de acordo com o sentido da palavra, é o que merece ser dito. Por muito tempo, na sociedade ocidental, a vida do dia-a-dia só pôde ter acesso ao discurso atravessada e transfigurada pelo fabuloso; era preciso que a vida fosse extraída para fora dela mesma pelo heroísmo, pela façanha, pela Providência e pela graça, eventualmente por um crime abominável; era preciso que ela fosse marcada com um toque de impossível. Somente então ela se tornava dizível. O que a colocava fora de acesso lhe permitia funcionar como lição e exemplo. Quanto mais o relato saía do comum, mais ele tinha força para fascinar ou persuadir. Nesse jogo do “fabuloso imaginário”, a indiferença para com o verdadeiro e para com o falso era, portanto, fundamental. E se acontecia alguém se propor a dizer da própria mediocridade do real, não era senão para provocar um efeito de

chiste: apenas o fato de falar dele fazia rir.

A partir do século XVII, o Ocidente viu nascer toda uma “fábula” da vida obscura da qual o fabuloso se viu proscrito. O impossível ou o irrisório cessaram de ser a condição sob a qual se poderia contar o comum. Nasce uma arte da linguagem cuja tarefa não é mais cantar o improvável, mas fazer aparecer o que não aparece – não pode ou não deve aparecer: dizer os últimos graus, e os mais sutis, do real. No momento em que se instaura um dispositivo para forçar a dizer o “ínfimo”, o que não se dizia, o que não merece nenhuma glória, o “infame” portanto, um novo imperativo se forma, o qual vai constituir o que se poderá chamar a ética imanente ao discurso literário do Ocidente: suas funções cerimoniais vão se apagar pouco a pouco; não terá mais como tarefa manifestar de modo sensível o clamor demasiado visível da força, da graça, do heroísmo, da potência; mas ir buscar o que é o mais difícil de perceber, o mais escondido, o mais penoso de dizer e de mostrar, finalmente o mais proibido e o mais escandaloso. Uma espécie de imposição para desalojar a parte mais noturna e mais cotidiana da existência (com o risco de aí descobrir, às vezes, as figuras solenes do destino) vai delinear o que é a tendência da literatura a partir do século XVII, depois que ela começou a ser literatura no sentido moderno da palavra. Mais do que uma forma específica, mais do que uma relação essencial à forma, é essa coação, ia dizer essa moral, que a caracteriza e que trouxe até nós seu imenso movimento: dever de dizer os mais comuns dos segredos. A literatura não consiste unicamente nessa grande política, nessa grande ética discursiva; tampouco se reduz inteiramente a ela; mas tem nela seu lugar e suas condições de existência.

Daí sua dupla relação com a verdade e o poder. Enquanto o fabuloso só pode funcionar em uma indecisão entre verdadeiro e falso, a literatura se instaura em uma decisão de não-verdade: ela se dá explicitamente como artifício, mas engajando-se a produzir efeitos de verdade que são reconhecíveis como tais; a importância que se concedeu, na época clássica, ao natural e à imitação é, sem dúvida, uma das primeiras maneiras de formular esse funcionamento “de verdade” da literatura. A ficção, doravante, substituiu o fabuloso, o romance se desembaraçou do romanesco e só se desenvolverá liberando-se dele cada vez mais completamente. A literatura, portanto, faz parte desse grande sistema de coação através do qual o Ocidente obrigou o cotidiano a se pôr em discurso; mas ela ocupa um lugar particular: obstinada em procurar o cotidiano por baixo dele mesmo, em ultrapassar os limites, em levantar brutal ou insidiosamente os segredos, em deslocar as regras e os códigos, em fazer dizer o inconfessável, ela tenderá, então, a se pôr fora da lei ou, ao menos, a ocupar-se do escândalo, da transgressão ou da revolta. Mais do que qualquer outra forma de linguagem, ela permanece o discurso da “infâmia”: cabe a ela dizer o mais indizível – o pior, o mais secreto, o mais intolerável, o descarado. A fascinação que a psicanálise e a literatura exercem uma sobre a outra, há anos, é, neste ponto, significativa. Mas não se deve esquecer de que essa posição singular da literatura não é senão o efeito de um certo dispositivo de poder que atravessa no

Ocidente a economia dos discursos e as estratégias do verdadeiro.

Eu dizia, ao começar, que gostaria que se lessem esses textos do mesmo modo que “notícias”. Era demasiado dizer, sem dúvida; nenhum deles valerá o menor relato de Tchekhov, de Maupassant ou de James. Nem “quase” nem “subliteratura”, não é sequer o esboço de um gênero; é, na desordem, no barulho e na dor, o trabalho do poder sobre as vidas, e o discurso que dele nasce. *Manon Lescaut*³ conta uma dessas histórias.

³ Prévost (A. F.), *Les aventures du chevalier Des Grieux et de Manon Lescaut*, Amsterdam, 1733.